

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguaio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo federal, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar ao Exército Paraguaio vinte viaturas MBB 1418 revitalizadas do Exército Brasileiro.

Art. 2º As viaturas MBB 1418 revitalizadas serão doadas no estado em que se encontram e as despesas com o seu traslado correrão às expensas do donatário.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será realizada por meio de termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando do Exército.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Brasília, 18 de Outubro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Ministério da Defesa tem se empenhado em celebrar acordos bilaterais com nações amigas, visando a estreitar laços de amizade e permitir a participação mais efetiva do Brasil em questões internacionais, por meio da cooperação com as Forças Armadas co-irmãs no cumprimento de suas missões, dentro das disponibilidades de cada Força Armada brasileira.

2. No que tange ao Comando do Exército, este Ministério identificou, em algumas oportunidades, a possibilidade de implementar ações nesse sentido, viabilizando a doação de viaturas militares que possam suprir eventuais carências apresentadas pelo Exército do Paraguai.

3. Em consequência, o Ministério da Defesa, em coordenação com o Comando do Exército e o Ministério das Relações Exteriores, entende como recomendável a doação de vinte viaturas MBB 1418 – revitalizadas, pelas razões que se seguem:

a. reafirmar a necessidade de intensificar ações cooperativas, de modo a apoiar os organismos do Estado responsáveis por reduzir as desigualdades econômicas e sociais na região;

b. ressaltar as medidas de fomento da confiança mútua e a transparência em matéria de defesa, o que contribui para aumentar a estabilidade, salvaguardar a paz, a segurança regional e internacional, e consolidar a democracia; e

c. promover uma eficaz cooperação bilateral na área de defesa, com base na consideração conjunta de questões de interesse mútuo, e preservando os canais de entendimento já existentes.

4. Convém destacar que a natureza da doação ora tratada não implica, por si só, impacto orçamentário decorrente de novos encargos financeiros para o Estado brasileiro, de tal modo que, quando da aprovação do projeto de lei em questão, eventuais custos que envolvam, em especial, a entrega ou o recebimento dos referidos bens serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Defesa – Comando do Exército, observando-se, naturalmente, o planejamento financeiro correspondente, os quais, no presente momento, não podem ser mensurados.

5. Pelo exposto, submeto a Vossa Excelência o incluso projeto de lei para ser enviado ao Congresso Nacional e que, se transformado em lei, possibilitará a doação pretendida.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Raul Belens Jungmann Pinto